

Policy Brief 2019

ALIMENTAÇÃO EM TEMPOS DIFÍCEIS - ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

*Mónica Truninger
Vasco Ramos*



ÍNDICE

2-3

Pobreza alimentar e famílias com crianças: um breve enquadramento

4-5

O que sabemos sobre pobreza alimentar e famílias com crianças?

5-6

O estudo qualitativo: principais questões e resultados

6-8

Tema 1 - Alimentação escolar, famílias e pobreza alimentar

9-10

Tema 2 - Pobreza alimentar: alguns contrastes entre meios urbanos e rurais

11

Bibliografia

Alimentação em tempos difíceis - entre a família e a escola: um breve enquadramento

Em Portugal, os dados estatísticos mais recentes apontam para uma diminuição da taxa de pobreza, face ao pico da crise de 2008-2015. Apesar da evolução positiva, os números continuam a ser muito elevados, estimando-se que 2,2 milhões de pessoas estivessem em risco de pobreza ou exclusão social em 2018. Existe igualmente um número muito significativo de pessoas que continua a recorrer a ajuda de emergência para suprir necessidades alimentares básicas¹. Alguns estudos revelam que os impactos da crise financeira global e a intervenção musculada de medidas de contenção orçamental no período austero da Troika (2011-2014) atingiram com mais força as famílias com crianças, sendo o risco de pobreza maior entre as famílias monoparentais e as famílias numerosas. No entanto, são muito escassos os dados sistemáticos sobre as famílias com crianças em situação de pobreza alimentar ou acerca das suas experiências alimentares quotidianas.

¹ <https://www.bancoalimentar.pt/quem-somos/estatisticas/estatisticas-federacao/estatisticas-fpba-2017/>

Este *policy brief* pretende dar algumas respostas em relação à pobreza alimentar entre as famílias com crianças em Portugal. Para tal, baseia-se na investigação realizada no âmbito de um projeto financiado pelo *European Research Council* intitulado *Famílias e Alimentação em Tempos Difíceis*, o qual analisou as experiências de famílias com filhos, com recurso a métodos quantitativos e qualitativos, em três países europeus (Portugal, Reino Unido e Noruega). Neste *brief* focamos o caso português e apresentamos evidência científica relativamente a duas temáticas importantes: **alimentação em contexto escolar e contrastes entre a pobreza alimentar em meio urbano e rural**. Para saber mais sobre os outros contextos de pesquisa consultar a página do projeto em: <https://foodinhardtimes.org>

O projeto *Famílias e Alimentação em Tempos Difíceis* adotou um desenho de pesquisa misto, englobando métodos qualitativos e análise secundária de dados quantitativos.

Fase 1: foram entrevistadas 45 famílias em situação de pobreza e/ou com algum grau de privação material e com menores a seu cargo (entre os 11 e 15 anos de idade). O trabalho de campo decorreu na Área Metropolitana de Lisboa, sendo 30 residentes na cidade de Lisboa ou em zonas suburbanas e 15 numa zona rural. O recrutamento das famílias foi feito através de inquéritos aos encarregados de educação, enviados através de escolas, e de contactos fornecidos por ONGs. No total, foram realizadas 90 entrevistas (45 encarregados de educação/pais e 45 crianças) com uma duração de 30 a 180 minutos. A amostra de 45 famílias é constituída por 19 famílias monoparentais (a maioria encabeçada por mulheres), sendo as restantes 36 famílias de casal com filhos. Em 31 famílias entrevistadas pelo menos um adulto estava a trabalhar (em 12 das famílias monoparentais e 19 famílias de casal), estando as restantes dependentes exclusivamente de rendimentos de prestações sociais (7 das famílias monoparentais e 7 das famílias de casal).

Fase 2: foram seleccionadas 12 famílias para uma segunda entrevista, cerca de seis meses depois. Esta fase incluiu a utilização de métodos visuais. Aos adultos realizámos entrevistas de acompanhamento, que incluíram visitas documentadas em fotografia às cozinhas das famílias. Às crianças foram distribuídas máquinas fotográficas e solicitado que documentassem as suas práticas alimentares no quotidiano (na escola, em casa e fora de casa) durante duas semanas. Volvido esse período de tempo, recolhemos as fotografias e conversámos com as crianças acerca dessa experiência e das imagens produzidas.

Fase 3: foram realizados dois workshops com estudantes do 9º ano em duas escolas da Área Metropolitana de Lisboa. Os workshops envolveram várias atividades, e no total duraram cerca de 90 minutos. O primeiro exercício consistiu em categorizar uma série de fotos de refeições aos seus três países de origem (Portugal, Reino Unido e Noruega). O segundo exercício ensaiou uma atividade de 'role play' em que os jovens, distribuídos por grupos, assumiam determinados papéis sociais (como membros da família, de uma empresa, do governo ou da escola) e propunham medidas para melhorar a alimentação das famílias carenciadas.

Famílias e Alimentação em Tempos Difíceis é um projeto de investigação financiado pelo European Research Council (FP7/2007-2013/ERC Grant Agreement n°337977), coordenado por Rebecca O'Connell (Thomas Coram Research Unit, Institute of Education, University College London, Reino Unido). Em Portugal, o trabalho decorreu entre agosto de 2016 e outubro de 2018. A equipa portuguesa foi coordenada por Mónica Truninger e Karin Wall. Fizeram parte da equipa de investigação: Mónica Truninger, Karin Wall, Vasco Ramos, Sónia Cardoso, Fábio Rafael Augusto, Manuel Abrantes e Nádía Pereira.

O QUE SABEMOS SOBRE POBREZA ALIMENTAR E FAMÍLIAS COM CRIANÇAS?

- No presente estudo tivemos como ponto de partida o conceito de pobreza relativa, ie. as situações em que o nível de vida dos indivíduos e das famílias se situa significativamente abaixo do nível de vida médio no contexto nacional e regional em que se inserem, ao ponto de dificultar uma vida normal e a participação nas atividades económicas, sociais e culturais. Neste sentido, a pobreza alimentar é um estado de privação social e material em que a quantidade, a qualidade ou o acesso à alimentação de forma socialmente aceitável é posto em causa.
- Dado que muitas das necessidades humanas em termos de nutrição são satisfeitas em contextos sociais, é muito difícil separá-las desses contextos ou quantificá-las em abstrato. Ainda que as expectativas possam variar, sobretudo em contextos de austeridade, a dimensão social da alimentação implica a possibilidade de comer fora de casa ocasionalmente, convidar amigos e família para refeições e para comemorar ocasiões especiais (e.g. Natal, aniversários).
- Numerosos estudos têm mostrado que os consumos e as práticas alimentares são severamente afetados em famílias em situação de pobreza monetária. Sabe-se ainda que, em contextos de pobreza e privação material, pais e mães frequentemente sacrificam a sua alimentação em prol dos filhos. Deste modo, o estudo da pobreza alimentar em contexto familiar implica examinar tanto diferenças entre diversos tipos de famílias, como as dinâmicas de distribuição de alimentos entre os vários membros das famílias. O presente estudo dá atenção às variações intrafamiliares e entre famílias, e valoriza os pontos de vista de adultos e crianças/jovens.
- Segundo os dados do ICOR (2018), as taxas de risco de pobreza monetária e de privação material severa diminuíram nos últimos anos. Contudo, a intensidade da pobreza que mede a diferença entre o limiar da pobreza e o rendimento mediano das pessoas em situação de pobreza mantém-se a níveis superiores aos registados antes da crise económica. A diminuição global do risco de pobreza está relacionada com a diminuição do desemprego. No entanto, o risco de pobreza é agora especialmente alto entre os desempregados (EAPN, 2018).
- A pobreza infantil é aferida a partir da situação dos agregados familiares com crianças dependentes. Embora o risco de pobreza venha diminuindo desde 2013, as crianças são atualmente o grupo etário mais vulnerável (17,7%), já que foram implementadas várias medidas políticas para a proteção social dos idosos nos últimos anos (Figura 1). Em termos dos agregados domésticos e apesar da evolução positiva, o risco de pobreza é mais elevado nas famílias monoparentais (28,2%) e nas famílias com 3 ou mais filhos (31,6%).
- O Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física (2015-16) concluiu que em 10,1% dos agregados domésticos em Portugal existe insegurança alimentar, definida como disponibilidade limitada ou incerta no acesso a alimentos suficientes e seguros, para uma vida plena, ativa e saudável, sem recurso a instituições assistenciais de apoio alimentar ou a outras estratégias de compensação. Esse valor sobe para 11,4% nos lares com crianças, cifrando-se nos

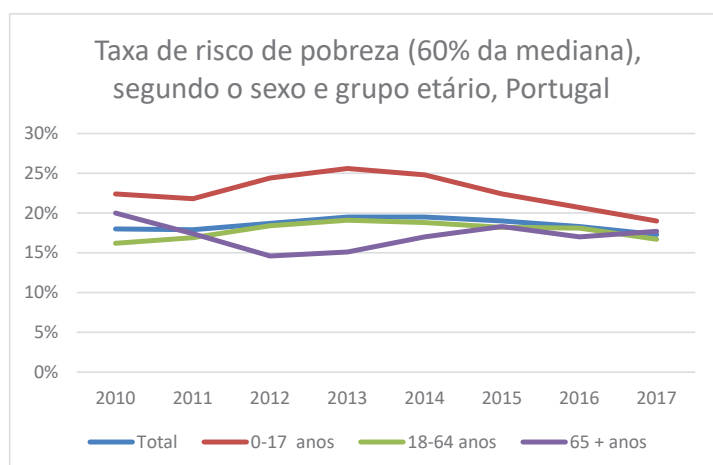


Figura 1 – Taxa de risco de pobreza, segundo o sexo e grupo etário, em Portugal

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2011-2018

14,1% em agregados com rendimentos entre €485 e €970 por mês e nos 38,5% em agregados com rendimentos abaixo de €485 por mês.

- Investigação recente tem procurado ultrapassar as limitações do conceito estatístico de pobreza, trabalhando a noção de “rendimento adequado” para assegurar o direito a um padrão de vida digno numa determinada sociedade. Esse rendimento traduz-se em orçamentos de referência para diferentes morfologias familiares. A par da habitação, a alimentação constitui a despesa mais significativa nos orçamentos familiares de referência. Os valores de referência do rendimento adequado identificados pelo estudo “Rendimento Adequado em Portugal” estão claramente acima dos valores do limiar de pobreza. Isto indica que os limiares da pobreza são subestimados, em particular no caso da pobreza infantil, uma vez que as necessidades alimentares são maiores. Porém, a alimentação oferece maior elasticidade no câmpu-to geral das despesas.

Baixos salários, emprego precário e desemprego são fatores que contribuem para a pobreza alimentar das famílias. A alimentação é uma despesa prioritária mas também elástica. Frequentemente a quantidade e sobretudo a qualidade da alimentação estão comprometidas em famílias em situação de pobreza.

O ESTUDO QUALITATIVO: PRINCIPAIS QUESTÕES E RESULTADOS

- Neste estudo de cariz qualitativo examinámos: Como é afetada a alimentação quando há fortes constrangimentos ao orçamento familiar? Como é que os adultos e as crianças lidam com a pobreza alimentar? Como variam as experiências e as práticas entre famílias e no seio das mesmas?
- O desemprego e os baixos salários são os fatores que mais contribuem para a situação de pobreza alimentar das famílias. Em muitos casos, devido aos baixos salários, estar a trabalhar não evita dificuldades económicas severas, mesmo em famílias de casal com os dois adultos empregados. Apesar de um terço das famílias entrevistadas (14/45) se encontrar acima do limiar estatístico da pobreza, os rendimentos disponíveis encontram-se claramente abaixo do valor estimado como adequado para uma vida condigna, de acordo com a sua estrutura familiar. Os rendimentos das restantes famílias (31/45) colocam-nas na situação de famílias em risco de pobreza monetária, estando as famílias monoparentais numa posição particularmente vulnerável (13/19 em risco de pobreza). Outras circunstâncias, tais como a precariedade laboral, a existência de créditos ou dívidas dificultam a gestão dos orçamentos familiares, mesmo quando os salários são mais elevados.
- A maioria das famílias entrevistadas apresenta constrangimentos no consumo alimentar. Os gastos com a alimentação representam uma fatia considerável das despesas familiares. Sendo a alimentação encarada genericamente como prioritária, é também uma parcela mais moldável, face a despesas fixas como a habitação, luz ou água. A maioria das famílias segue um leque alargado de estratégias de adaptação, por exemplo, o recurso a produtos de marca branca e a lojas mais baratas, estabelecer um limite mensal/semanal para as despesas com alimentação, a busca constante de promoções e a aquisição de um lote limitado de alimentos, em prejuízo dos alimentos de melhor qualidade. A sociabilidade em torno da alimentação também é fortemente circunscrita ou mesmo inexistente para um número significativo de famílias, que evita aceitar convites para comer fora ou em casa de familiares e amigos.
- Em geral, as famílias entrevistadas declaram dificuldades em fazer uma alimentação variada. As proteínas consumidas com mais frequência são a carne de porco e de frango, estando o peixe fresco praticamente ausente das refeições devido ao preço. Já as

massas e os farináceos, e sobretudo arroz e batata, são consumidos em grande quantidade, bem como as conservas (Figura 2). Em muitas famílias opta-se pela confecção de pratos que “rendem” mais e que podem ser servidos em várias refeições. A sopa é um prato comum, constituindo frequentemente a base dos jantares dos adultos, de forma a assegurar uma refeição mais completa aos filhos. De facto, as estratégias adaptativas frequentemente envolvem o sacrifício parental: situações em que os adultos (especialmente as mães) saltam refeições ou reduzem as suas porções para assegurar que existe comida para os filhos. Foram também reportados alguns episódios de fome, afetando adultos e crianças, originados por atrasos no pagamento de salários, prestações sociais ou por despesas inesperadas.

Os constrangimentos económicos levam muitas mães e pais a adotar estratégias adaptativas, desde a confecção de pratos que “rendem mais” ao sacrifício da própria alimentação em prol dos filhos.



Figura 2 – Jantar de salsichas em lata, atum de conserva e batatas (Casal com 3 filhos, pais desempregados, rendimento agregado familiar de 679€, residente na cidade de Lisboa).

TEMA 1 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FAMÍLIAS E POBREZA ALIMENTAR

- A alimentação das crianças em contexto escolar tem sido um tema quente em Portugal, e que tem estado no palco de algumas controvérsias (e.g. qualidade alimentar; condições de trabalho das equipas que todos os dias servem refeições escolares; as compras públicas, a origem e os métodos de produção dos alimentos que compõem as ementas escolares). Atualmente, as políticas públicas têm uma abordagem holística, tal como está expresso nas últimas Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares publicadas em 2018: em termos programáticos estas orientações estão atentas à sazonalidade, às especificidades das culturas alimentares regionais e à sustentabilidade (promovendo dietas vegetarianas, a redução do consumo de carne, e o consumo de peixe com origem na pesca sustentável).
- A gestão dos serviços de refeições escolares depende do grau de ensino. Enquanto o Ministério da Educação supervisiona (e em muitos casos concessionária) as refeições escolares no ensino secundário, no caso do ensino pré-primário e básico essa responsabilidade é das Câmaras Municipais (por vezes delegada nas Juntas de Freguesia ou em Associações de Pais). Porém, este é um panorama que vai mudar no futuro próximo com a continuada descentralização dos serviços de refeições para os municípios, podendo estes também ficar responsáveis pela gestão da alimentação escolar no ensino secundário.

- Todos os alunos têm direito a almoçar na escola em dias de escola. De acordo com a legislação em vigor, o preço da refeição escolar é de 1,46€ (se adquirida antecipadamente ou com acréscimo de 0,30 € se paga no dia). Há uma redução de preços para alunos com direito a Ação Social Escolar (ASE), sendo a redução de 100% no escalão A e de 50% no escalão B.
- As ementas variam semanalmente, mas incluem sempre: (i) sopa de legumes frescos (com batatas, legumes ou feijão); (ii) carne, peixe / marisco com massa, arroz ou batatas e leguminosas (opcional) em dias alternados; (iii) pão integral; (iv) prato de salada de legumes (crus ou cozidos); (v) sobremesa - fruta crua da época, fruta cozida ou assada sem açúcar ou pudim, geleia, gelado, iogurte (duas vezes por mês no máximo); (vi) água.
- No que concerne o pequeno-almoço, segundo o inquérito nacional IAN-AF de 2015-2016, a população jovem consome habitualmente esta refeição de manhã (91,7% das crianças/jovens entre os 10 e os 17 anos toma o pequeno-almoço). Na nossa amostra, em 44 crianças que frequentavam o ensino básico, 16 admitiram saltar o pequeno-almoço e chegar à escola sem nada no estômago. Esta situação torna difícil a capacidade de concentração e aprendizagem das crianças em sala de aula.
- A maioria das crianças entrevistadas relatou comer na escola com muita frequência (4 a 5 dias por semana). Apenas 18 crianças mencionaram não comer na escola regularmente. Trinta e três crianças estavam dentro do escalão A da ASE e tinham por isso direito a refeições escolares gratuitas, ao passo que sete crianças pagavam 0,73 € por refeição, correspondente ao escalão B. Quatro famílias não tinham direito a uma refeição gratuita ou com desconto pagando o preço total (1,46 €). As escolas selecionadas localizadas em bairros carenciados também ofereciam às crianças nos escalões A e B um suplemento alimentar gratuito durante o intervalo da manhã / tarde, muitas vezes constituído por pão com manteiga, presunto ou queijo, um pacote de leite ou água.
- Várias crianças referiram não apreciar a comida da escola, sobretudo o peixe e a falta de tempero em sopas e saladas – porventura porque estão habituados a alimentos mais condimentados com sal –, um ingrediente que tem vindo a ser reduzido na preparação das refeições escolares, incentivando-se o tempero com ervas aromáticas. Deonilde (15 anos, residente em Lisboa) queixa-se da falta de sal na comida: “É horrível, a comida da escola é horrível, eles fazem comida sem sal... o peixe está cheio de escamas...”. Embora esta reação não seja partilhada por todos,

pois há crianças que gostam da comida na escola (sobretudo quando a refeição é composta por carne), a maioria declarou preferir a comida caseira, preparada em casa, com o cuidado da mãe ou da avó.

- As crianças adotaram uma variedade de estratégias para evitar comer alimentos de que não gostavam no refeitório da escola. Enquanto algumas crianças compravam algo no bar da escola ou num café nos arredores, outras almoçavam em casa, traziam a lancheira ou deixavam o almoço de lado. Por exemplo, a Catarina (14 anos, zona urbana) comia duas porções de sopa quando não gostava do prato principal. O Zé (15 anos, zona rural) come geralmente no refeitório da escola. No entanto, quando o prato principal é peixe, compra comida no bar da escola (e.g. pão com chouriço).
- Quanto aos pais das crianças, estes consideram a refeição escolar um contraponto fundamental na gestão das rotinas alimentares e no orçamento familiar. Muitos obrigam os seus filhos a comer na escola como forma de compensar uma eventual refeição menos equilibrada em casa, ou mesmo uma refeição mais leve por falta de comida em quantidade e qualidade suficientes. Clara, mãe de 40 anos que reside em Lisboa refere: (...) É por isso que eu prefiro que eles almocem na escola, mesmo quando gostam menos da comida... Peço-lhes para almoçar, porque não sei se vou ter jantar (...) Eu peço para eles comerem, porque às vezes eu não sei o que vai acontecer... e às vezes eles têm que comer torradas para o jantar e... pão. Bebem leite com chocolate e essas coisas... e fico mais descansada se eles já tiverem feito uma refeição [naquele dia].

Refeições escolares gratuitas (ou subsidiadas) aliviam os orçamentos das famílias, independentemente da situação económica. Contribuem para mitigar desigualdades sociais na escola, promover a inclusão social e práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. É desejável que a atual oferta seja alargada, incluindo pequeno-almoço e lanches, e que se assegurem padrões de qualidade alimentar.

- As refeições em altura de férias – quando a escola fecha – constitui um problema muito preocupante no seio das famílias. Por exemplo, uma mãe referiu que, embora os seus filhos não tenham direito a refeições escolares gratuitas, ela gasta duas vezes mais em alimentos durante as férias, tornando este um período difícil de gerir. Os feriados implicam também uma preocupação crescente em relação aos horários das refeições, à maior frequência de consumo em casa e a dificuldade de conciliar a vida familiar e o trabalho.
- Se, por um lado, as refeições escolares têm um importante papel na mitigação das desigualdades sociais

já que garantem o acesso a uma alimentação nutricionalmente equilibrada, sendo também uma forma de inclusão e integração nas práticas alimentares do país, por outro lado, o espaço escolar e extraescolar (e.g. comércio local à volta da escola) pode expor as crianças a situações de exclusão social. Ou seja, as crianças de famílias com maiores rendimentos têm a capacidade de escolher onde almoçam (dentro ou fora da escola), já as crianças e jovens de famílias carenciadas têm o seu leque de escolhas mais limitado, estando confinados a uma refeição totalmente ou parcialmente comparticipada pelo Estado dentro da escola.



Figura 3 – Almoço na escola no Dia da Criança (1 de junho). Sopa, frango assado com esparguete, e gelado.

Recomendações:

- Para as crianças e jovens que não tomem o pequeno-almoço em casa, providenciar nas escolas públicas clubes de pequeno-almoço gratuitos para todos os graus de ensino. O mesmo se poderia fazer com os lanches matinal e vespertino;
- Realizar clubes de provas de alimentos mais saudáveis, aos quais crianças e jovens têm mais resistência ou rejeição no seu consumo, de forma a diversificar a paleta de sabores das crianças;
- Reencaminhar uma parte dos rendimentos auferidos através de taxas nos alimentos menos saudáveis (e.g. taxa das bebidas com mais açúcar) na realização de refeições fora do período escolar (e.g. férias, feriados), para ajudar as famílias a assegurar uma dieta equilibrada sem terem de recorrer a apoios alimentares de emergência (e.g. bancos alimentares).
- Criação de gabinetes de apoio às famílias compostos por equipas multidisciplinares para ajudar a gerir e otimizar o orçamento alimentar que garanta uma dieta saudável e económica. Este acompanhamento deve evitar expor as famílias a situações já de si estigmatizantes. Estes gabinetes podem funcionar na escola ou na comunidade local (e.g. câmara municipal ou junta de freguesia).

TEMA 2 - POBREZA ALIMENTAR: ALGUNS CONTRASTES ENTRE MEIOS URBANOS E RURAIS

- Na sequência da crise de 2008-2014 e do significativo aumento da pobreza e da exclusão social têm-se multiplicado os estudos sobre a insegurança e pobreza alimentar nos países do Hemisfério Norte. No entanto, a dimensão espacial/geográfica da pobreza alimentar continua a ser um aspeto pouco explorado, tanto no contexto europeu como em Portugal.
- A ausência de estudos detalhados sobre a realidade da pobreza alimentar em espaço rural é contraditória. De facto, sabe-se que as taxas de pobreza são mais elevadas nas áreas periféricas, devido a uma complexa interação de fatores, que vão desde a demografia, ao afastamento em relação aos centros económicos, à falta de empregos, às baixas qualificações ou a défices infraestruturais.
- No discurso público em Portugal é frequente enfatizar-se o papel das redes informais (familiares e comunitárias), bem como o autoconsumo e a proximidade aos locais de produção alimentar, enquanto fatores que mitigam a pobreza e as limitações no acesso à alimentação em espaço rural. No entanto, estes são pressupostos que carecem de confirmação.
- A questão dos transportes e das acessibilidades é determinante tanto em áreas rurais como urbanas: são essenciais para deslocações quotidianas de/para o trabalho, para aceder a mercados, supermercados e outros espaços comerciais, como ainda para chegar ao contacto com instituições públicas e privadas.
- Apesar de integrada na Área Metropolitana de Lisboa, a rede de transportes da área rural estudada é deficitária. Os serviços de transporte são pouco frequentes nas localidades mais longínquas, o preço dos bilhetes é elevado e o desenho da rede privilegia movimentos do centro para a periferia, dificultando outro tipo de deslocações. Por esse motivo, ter transporte próprio é importante para algumas famílias que habitam em espaço rural, sobretudo no acesso ao emprego, o que é um encargo no orçamento familiar substancial. Já as áreas urbanas dispõem de melhor oferta de transporte público e muitas deslocações podem ser feitas a pé.
- A questão dos transportes também é importante no acesso às instituições públicas (Câmara Municipal, Segurança Social, entre outras) e às IPSS que prestam apoio alimentar de emergência (Banco Alimentar, Cruz Vermelha, Santa Casa da Misericórdia, entre outras). Geralmente, estes serviços concentram-se na sede de município ou de freguesia, o que implica deslocações onerosas e nem sempre lineares para aqueles que residem em áreas rurais.
- Existem diferenças substanciais entre as áreas urbanas/suburbanas e a área rural em termos da densidade da oferta da distribuição alimentar (mercados, supermercados, mercearias, talhos, peixarias, etc.). Na área rural, as lojas são poucas e pequenas. As famílias residentes em espaço rural salientaram que a variedade e a qualidade dos produtos disponíveis são menores, sendo os preços geralmente mais elevados em relação às superfícies comerciais de média ou grande dimensão que se situam nas imediações de vilas e cidades. O acesso a lojas, mercados e supermercados é mais fácil para as famílias residentes nas áreas urbanas/suburbanas.
- Muitas famílias residentes na área rural e algumas famílias residentes em espaço urbano têm pequenas hortas ou acesso facilitado a alimentos de produção local, por via de familiares, vizinhos ou amigos. Mas viver em espaço rural, por si só, não garante o acesso a produtos de origem local (tais como legumes, frutas, aves, ovos, leite, carne ou peixe). Há um influxo de novos residentes nas áreas rurais que, empurrados pela crise dos preços na habitação nas áreas urbanas, procuram alugueres de casa mais baratos. Outros novos residentes vão em busca do idílio rural: um ambiente pacato e um estilo de vida mais relaxado. Mas as famílias que se estabeleceram recentemente em áreas rurais não têm necessariamente acesso à terra, conhecimentos de agricultura ou acesso facilitado a uma rede informal de apoio.
- As zonas rurais têm assistido ao desaparecimento de feiras e mercados, espaços que antes garantiam um acesso regular aos alimentos regionais/locais, sendo cada vez mais um paradoxo as grandes zonas de produção alimentar (muitas em espaço rural circundante às cidades) e orientadas para o mercado de exportação estarem parcamente servidas de produção local. Ou seja, paradoxalmente quem está no campo pode encontrar maior dificuldade de acesso aos alimentos do que quem vive na cidade.
- Em geral, as possibilidades dos jovens em situação de pobreza para socializar com pares e manter amizades fora de casa é limitada, desde logo pela carência de dinheiro. Mas há outros fatores que influenciam a participação social dos jovens em torno da

alimentação, que incluem a rede e o custo dos transportes, a oferta em termos de superfícies comerciais, a segurança e as características físicas das áreas em que habitam e estudam.

- Várias famílias das áreas urbanas/suburbanas habitam em bairros degradados, alguns com bolsas de pequena criminalidade, sendo frequente encontrar jovens que estudam noutras áreas da cidade. Nalguns casos, os encarregados de educação restringem o tempo que os jovens estão fora de casa e da escola, evitando também que vão a casa de amigos ou os convidem para ir a casa. Frequentemente, essas limitações à participação social e à reciprocidade estão associadas a exclusão social muito vinculada, a sentimentos de vergonha e à estigmatização

de comunidades étnicas ou bairros específicos (o “Bairro 6 de Maio” ou a “Zona J”). No entanto, em outros casos, os jovens conseguem socializar normalmente com amigos em espaços fora da escola.

- Na área rural, para além da questão monetária, as limitações à reciprocidade entre jovens são potenciadas pelas distâncias, ausência de transportes, menor oferta de espaços comerciais e inexistência de locais de convívio, para lá da escola ou de clubes desportivos. Na escola convergem estudantes provenientes de pequenas aldeias. Para muitos dos jovens mais destituídos, que não tem possibilidade de acompanhar os colegas e amigos a espaços comerciais nas imediações, esse é o único espaço de convívio com pares.

Recomendações:

- Pensar o território de forma integrada que evite a sua fragmentação em clivagens urbano/rural, litoral/interior é cada vez mais urgente. Este planeamento estratégico do território obriga a fazer novas alianças e compromissos, criando sinergias onde antes elas não existiam. O objetivo maior é garantir que as crianças e jovens que vivem nestes espaços não sejam objeto de injustiças territoriais que as excluem cada vez mais de geografias alimentares inclusivas, saudáveis e sustentáveis.
- As famílias, crianças e jovens a residir em espaço urbano e rural no país devem ter acesso a um rendimento adequado para assegurar o direito a um padrão de vida digno na sociedade portuguesa e a uma alimentação saudável e equilibrada. O acesso ao rendimento adequado constituiria um passo importante para a realização do Direito Humano à Alimentação.
- As recentes alterações nos preços das assinaturas mensais nas áreas metropolitanas e em outras comunidades intermunicipais são positivas no combate à pobreza e à exclusão social. Porém, a breve trecho é essencial reforçar a oferta de transporte público e ajustar o desenho das redes de mobilidade à procura, não só nas zonas urbanas e suburbanas, como também nas áreas rurais mais periféricas. Posteriormente, deve ser ponderada a progressiva gratuidade do transporte público nas deslocações de pequeno curso.

Agradecimentos:

O projeto de investigação que produziu estes resultados recebeu financiamento do European Research Council, ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia (FP7 / 2007-2013) / ERC grant agreement n°337977.T

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Comissão Europeia (2015). School food policy country factsheets.

EAPN (2018). Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR 2018) – Análise dos dados provisórios. EAPN: Porto.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Inquéritos às Despesas das Famílias 2015/2016. INE: Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2018). EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – Dados Definitivos. INE: Lisboa.

Lima R. (2018). Orientações sobre ementas e refeitórios escolares. Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação (DGE): Lisboa.

Lopes, C. et al. (2017a). Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física - IAN-AF 2015-2016. Relatório Metodológico. Parte I. Universidade do Porto: Porto.

Lopes, C. et al. (2017b). Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física - IAN-AF 2015-2016. Relatório - Parte II. Universidade do Porto: Porto.

O'Connell R.; Knight A.; Brannen J. (2019). Living Hand to Mouth: Children and Food in Low Income Families. Child Poverty Action Group: London.

Pereirinha, J. (coord.); Pereira, E.; Branco, F.; Amaro, I.; Costa, D.; & Nunes, F. (2017). Rendimento Adequado em Portugal. Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal? Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza em Portugal: Lisboa.

Townsend, P. (1979). Poverty in the United Kingdom. London: Penguin

Truninger M.; Horta A.; Cardoso S.G.; Augusto, F.R.; Teixeira J.; Fontes A. (2019). Alimentação em Tempos de Crise: Consumo e Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas. Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa.

Cardoso, S. G.; Truninger, M.; Ramos, V.; Augusto, F. (2019). School Meals and Food Poverty: Children's Views, Parents' Perspectives and the Role of School, Children & Society, First published: 05 June 2019.

Legislação

Lei nº46/1986, de 14 de outubro – Lei de bases do sistema educativo

Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar

Lei n.º 11/2017, de 17 de abril. Estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos

Despacho n.º 8452-A/2015 - Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios

Despacho n.º 10919/2017, de 13 de dezembro – Cria o plano integrado de controlo da qualidade e quantidade das refeições servidas nos estabelecimentos públicos de ensino

Observatório Permanente da Juventude

O Observatório Permanente da Juventude é um programa de investigação e estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica desde 1989.

Pretendendo potenciar a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo, o OPJ beneficia de um largo património e experiência de investigação nacional e internacional.

Saiba mais em

www.opj.ics.ulisboa.pt

ISBN: 978-972-671-564-1